Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
	explicativa	2011	2010	2011	2010
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.217	5.585	15.528	8.004
Aplicações financeiras	6	157.901	5.000	158.022	5.000
Contas a receber de clientes	7	167.471	122.286	179.589	132.402
Estoques	8	22.900	17.650	57.384	48.862
Impostos a recuperar	9	7.625	6.362	10.191	7.889
Outros créditos	10	9.548	5.443	11.662	6.910
Total do ativo circulante	-	371.662	162.326	432.376	209.067
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	6	_	27	79	98
Partes relacionadas	12	11.000	8.717	-	1.060
Depósitos judiciais	20	3.902	2.266	5.863	3.362
Impostos a recuperar	9	358	3.903	358	3.903
Imposto de renda e contribuição social	-				
diferidos	11	9.534	13.996	10.012	14.449
Outros créditos	10	489	12	506	69
	-	25.283	28.921	16.818	22.941
Investimento	13	73.158	44.734	_	_
Imobilizado	14	8.303	6.245	30.293	21.376
Intangível	15	7.236	5.622	31.141	14.772
	-	88.697	56.601	61.434	36.148
Total do ativo não circulante	- -	113.980	85.522	78.252	59.089
Total do ativo	-	485.642	247.848	510.628	268.156

	Nota	Controladora		Conso	lidado
	explicativa	2011	2010	2011	2010
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	20.845	27.330	20.885	27.370
Fornecedores	17	27.311	18.586	37.286	28.744
Obrigações fiscais e sociais		5.706	4.392	14.421	9.489
Obrigações trabalhistas	18	7.489	8.908	12.151	13.753
Dividendos e juros sobre capital próprio a					
pagar	22	14.327	11.964	14.327	11.964
Outras obrigações		1.226	1.538	3.248	2.466
Total do passivo circulante	_	76.904	72.718	102.318	93.786
	_				
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	16	17.689	19.273	17.774	19.399
Partes relacionadas	12	=	1.539	905	2.075
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais					
e cíveis	20	2.712	3.294	4.258	4.610
Parcelamento de impostos		-	-	168	446
Adiantamentos de terceiros		85	425	85	425
Provisão para passivo a descoberto	13	3.132	3.184	-	-
Outras obrigações	_	1.073	1.197	1.073	1.197
Total do passivo não circulante	-	24.691	28.912	24.263	28.152
Dateim ânia líquida					
Patrimônio líquido Capital social	21.1	40.917	21.358	40.917	21.358
Reserva de capital	21.1	237.723	71.019	237.723	71.019
Reservas de lucros	21.2	105.407	37.779	105.407	37.779
Proposta de distribuição de dividendos	21.5	103.407	31.119	103.407	31.119
adicional	22	_	16.062	_	16.062
adioionai		384.047	146.218	384.047	146.218
		30			
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>-</u>	485.642	247.848	510.628	268.156

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota	Controladora		Conso	lidado
	explicativa	2011	2010	2011	2010
Receita operacional líquida	24	622.634	527.914	678.907	571.525
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados		(401.847)	(347.517)	(397.483)	(339.884)
Lucro bruto	-	220.787	180.397	281.424	231.641
Receitas (despesas) operacionais: Comerciais Administrativas e gerais Resultado de equivalência patrimonial Outras receitas operacionais, líquidas	13 29	(72.508) (45.736) 3.923 936 (113.385)	(59.225) (43.335) 5.426 3.341 (93.793)	(121.224) (48.197) - 1.668 (167.753)	(96.597) (45.679) - 3.455 (138.821)
Lucro antes do resultado financeiro	-	107.402	86.604	113.671	92.820
Resultado Financeiro Despesas financeiras Receitas financeiras Variações cambiais, líquidas	28	(6.167) 20.651 546 15.030	(5.978) 4.527 57 (1.394)	(9.155) 20.703 233 11.781	(8.052) 4.355 166 (3.531)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	-	122.432	85.210	125.452	89.289
Imposto de renda e contribuição social Corrente Diferido	11	(21.553) (9.266)	(15.654) (5.022)	(24.598) (9.241)	(19.507) (5.248)
Lucro líquido do exercício	.	91.613	64.534	91.613	64.534
Lucro por ação básico e diluído - R\$	23	1,05	0,82		

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

					Reservas de luc	ros	_		
	Nota Explicativa	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para investimentos	Retenção de lucros	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009		21.358	71.019	4.271	-	22.884	-	-	119.532
Reserva para investimento	21.3	-	-	-	1.703	(1.703)	-	-	_
Distribuição de lucros	22	-	-	-	-	(20.978)	-	-	(20.978)
Lucro líquido do exercício Destinação:		-	-	-	-	· -	-	64.534	64.534
Juros sobre capital próprio	22	-	-	-	-	-	-	(4.906)	(4.906)
Dividendos	22	-	-	-	-	-	-	(11.964)	(11.964)
Dividendo adicional proposto	22	-	-	-	-	-	16.062	(16.062)	· -
Retenção de lucros	21.3	-	-	-	-	31.602	-	(31.602)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	-	21.358	71.019	4.271	1.703	31.805	16.062	-	146.218
Aumento de capital - emissão de acões	21.1 / 21.2	19.559	176.029	_	_	_		-	195.588
Custos para emissão de ações	21.2		(9.325)	-	-	-	-	-	(9.325)
Lucro líquido do exercício		-	` -	-	-	-	-	91.613	91.613
Reserva legal	21.3	-	-	3.912	-	-	-	(3.912)	-
Reserva para investimento Destinação:	21.3	-	-	-	980	(980)	-	•	-
Juros sobre capital próprio	22	_	_	_	_	_	_	(17.868)	(17.868)
Dividendos pagos	22	-	-	_	_	_	(16.062)	(17.000)	(16.062)
Dividendos pagos Dividendos	22	-	_	-	-	_	(10.002)	(6.117)	(6.117)
Retenção de lucros	21.3	-	-	-	-	63.716	-	(63.716)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	- -	40.917	237.723	8.183	2.683	94.541	-	-	384.047

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

Data ailvidades operacionals		Controladora		Consolidado	
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social 122.432 85.210 125.452 892.89 Alyustes para conciliar o resultado às disponibilidades peradas pelas atividades operacionais:		2011	2010	2011	2010
Ajustes para conciliar o resultando às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais: Depreciações e amortizações 2,00					
Popreciações e amortizações 2.014 1.296 4.058 2.670 Resultado na venda de ativos permanentes 336 14 835 131 Resultado de equivalencia partimonial 3.933 16.267 17 18.201		122.432	85.210	125.452	89.289
Depreciações e amontizações 2,014 1,286 4,088 1,31 Resultado de advisos permanentes 336 14 895 131 Resultado de advisos permanentes 3,936 14 895 131 Resultado de equivalência patrimonial 3,937 2,031 4,022 2,031 4,022 2,031 4,022 2,031 4,022 2,031 4,022 2,031 4,023 2,031 4,023 2,031 4,023 2,031 4,023 2,031 4,023 2,031 4,033 2,031 4					
Resultado de equivalência parimenites 396 14 895 131 Resultado de equivalência parimenites (582) 538 (32) (12) Provisão para riscos trabalhistas, fiscaise civeis (582) 538 (32) (11) Rendimento de aplicação financeira (14)-448 - (14)-488 - (14) - (14) - (14) - (14) - (15)<		2.014	1 296	4.058	2 670
Resultado de equivalencia patrimonial (3.923) (5.426) - -					
Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis 3.97 2.031 4.002 2.031 Rendimento de aplicação financeira 1.4948 1.002 1		(3.923)	(5.426)	-	-
Rendimento de aplicação financeira (14,948) . (14,948) . (4) . (4) . (8) (8)		(582)			(112)
Complemento de provisão para perdas no estoque (4) . (8) . (2) . (2) . (2) . (2) . (2) . (2) . (2) . (2) .			2.031		2.031
Complemento de provisão para créditos de liquidação duvidosa c 3 3 5 5 5 5 5 5 5 5		• • • • •	-		-
Dutrois			-		-
Carcisscimo (acréscimo) em ativos Carcis a receber de clientes (45.115) (27.823) (47.118) (29.170) Carcis a receber de clientes (5.245) (11.948) (8.518) (27.657) (1.948)		(69)	(315)	(66)	(315)
Contas a receber de clientes		_	(313)	_	(313)
Estoques		(45.115)	(27.823)	(47.118)	(29.170)
Vairação de outros ativos circulantes (4.595) 2.911 (5.200) 3.113 Depósitos judiciales (1.635) 347 (2.501) 47 (Decréscimo) acréscimo em passivos 8.725 (6.662) 8.542 (30) Obrigações trabalhistas (1.419) 6.52 (1.602) 2.843 Obrigações fiscais e sociais 3.577 6.720 7.665 7.719 Pagamação de outras obrigações (778) (835) 39 (1.197) Pagamento de Imposto de renda e contribuição social (5.033) (19.028) (28.548) (24.542) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais 40.068 23.837 43.038 20.457 Das atividades de investimento (6.082) (4.442) (30.239) (14.183) Aplicações financieras (39.777) 2.666 209.768 2.684 Integralização de capital em controladas (10.654) (1.625) 7.7 2.666 209.768 2.684 Integralizações financiamento (15.662) (7.793) (16.252) (7.293)					
Depósitos judiciais Cine	Impostos a recuperar	2.283	(2.889)		(4.063)
Contraction		(4.595)	2.911	(5.200)	3.113
Formecedores		(1.635)	347	(2.501)	47
Chrigações trabalhistas (1.419) 5.32 (1.602) 2.643 Chrigações fiscaise s ociais 3.577 6.70 7.665 7.719 Variação de outras obrigações (778) (835) 3.9 (1.197) Pagamento de Imposto de renda e contribuição social (25.033) (19.828) (28.548) (24.542) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais 40.068 23.837 43.038 20.457 Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais 40.068 23.837 43.038 20.457 Das atividades de investimento (6.082) (4.442) (30.239) (14.183) Aplicações financeiras (347.703) (1.392) (347.823) (1.392) Resgate de aplicações financeiras (347.703) (1.654) (4.625) -					
Natica Nation N					
Variação de outras obrigações (778) (835) 39 (1.197) Pagamento de Imposto de renda e contribuição social (25.033) (19.828) (28.548) (24.542) Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais 40.068 23.37 43.038 20.457 Das atividades de investimento (6.082) (4.442) (30.239) (14.183) Aquisições de imobilizado e intangivel (6.082) (1.392) (347.823) (1.392) Resgate de aplicações financeiras 209.777 2.666 209.768 2.684 Integralização de capital em controladas (10.654) (4.625) - - Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento (154.662) (7.79) (168.294) (12.891) Das atividades de financiamento com terceiros 23.774 55.669 23.774 55.835 Pagamentos de empréstimos (35.831) (50.415) (35.886) (50.415) Débitos com partes relacionadas, exceto sócios (17.930) (6.323) 7.2 (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiro					
Pagamento de Ímposto de renda e contribuição social (25.033) (19.828) (28.548) (24.542)					
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais 40.068 23.837 43.038 20.457 Das atividades de investimento 4					` ,
Das atividades de investimento Aquisições de invobilizado e intangível Aplicações de invobilizado e intangível Aplicações financeiras (347.703) (1.392) (347.823) (347.823)	i agamento de imposto de renda e contribuição social	(23.033)	(19.020)	(20.540)	(24.542)
Das atividades de investimento Aquisições de invobilizado e intangível Aplicações de invobilizado e intangível Aplicações financeiras (347.703) (1.392) (347.823) (347.823)	Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais	40.068	23.837	43.038	20.457
Aplicações financeiras Resgate de aplicações financeiras Integralização de capital em controladas Integralização de capital em controladas Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento Das atividades de financiamento com terceiros Captações de financiamentos Captações de financiamento com terceiros Captações de financiamento com captal pròpic Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros Captações Custos de transação para emissão de ações Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com acionistas Aumento (redução) das disponibilidades Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final Aumento (redução) das disponibilidades Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 1.330 - 1.330 - 1.330 - 1.330 - 1.330 - 3.244 - 3.244					
Resgate de aplicações financeiras Integralização de capital em controladas 209.777 2.666 209.768 2.684 Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento (10.654) (1.625) (7.793) (168.294) (12.891) Das atividades de financiamento com terceiros 23.774 55.669 23.774 55.835 Captações de financiamentos de empréstimos Pagamentos de empréstimos Débitos com partes relacionadas, exceto sócios (17.930) (6.323) - (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros Das atividades de financiamento com acionistas (29.987) (1.069) (12.112) 5.399 Das atividades de financiamento com acionistas (28.042) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906)	Aquisições de imobilizado e intangível	(6.082)	(4.442)	(30.239)	(14.183)
Integralização de capital em controladas (10.654) (4.625) - - -		(347.703)	(1.392)	(347.823)	(1.392)
Caixa líquido utilizado pelas atividades de investimento (154.662) (7.793) (168.294) (12.891) Das atividades de financiamento com terceiros Captações de financiamentos 23.774 55.669 23.774 55.835 Pagamentos de empréstimos (35.831) (50.415) (35.86) (50.415) Debitos com partes relacionadas, exceto sócios (17.930) (6.323) - (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros (29.987) (1.069) (12.112) 5.399 Das atividades de financiamento com acionistas (8.442) (4.906)				209.768	2.684
Das atividades de financiamento com terceiros 23.774 55.669 23.774 55.835 Captações de financiamentos (35.831) (50.415) (35.886) (50.415) Pagamentos de empréstimos (17.930) (6.323) - (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros (29.987) (1.069) (12.112) 5.399 Das atividades de financiamento com acionistas Juros sobre o capital próprio (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.42) <td>Integralização de capital em controladas</td> <td>(10.654)</td> <td>(4.625)</td> <td>-</td> <td>-</td>	Integralização de capital em controladas	(10.654)	(4.625)	-	-
Das atividades de financiamento com terceiros 23.774 55.669 23.774 55.835 Captações de financiamentos (35.831) (50.415) (35.886) (50.415) Pagamentos de empréstimos (17.930) (6.323) - (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros (29.987) (1.069) (12.112) 5.399 Das atividades de financiamento com acionistas Juros sobre o capital próprio (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.42) <td>Caiva líquido utilizado nelas atividades de investimento</td> <td>(15/1662)</td> <td>(7 703)</td> <td>(168 204)</td> <td>(12.801)</td>	Caiva líquido utilizado nelas atividades de investimento	(15/1662)	(7 703)	(168 204)	(12.801)
Captações de financiamentos 23.774 55.669 23.774 55.835 Pagamentos de empréstimos (35.831) (50.415) (35.886) (50.415) Débitos com partes relacionadas, exceto sócios (17.930) (6.323) - (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros (29.987) (1.069) (12.112) 5.399 Das atividades de financiamento com acionistas (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) Distribuição de lucros (28.026) (39.485) (28.026) (39.485) (28.026) (39.485) Créditos (débitos) com sócios 222 482 (99) 439 439 439 15.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 - 195.588 -		(134.002)	(1.193)	(100.234)	(12.031)
Pagamentos de empréstimos Débitos com partes relacionadas, exceto sócios (35.831) (50.415) (6.323) (35.886) (50.415) (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros (29.987) (1.069) (12.112) 5.399 Das atividades de financiamento com acionistas Juros sobre o capital próprio (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (8.42) (4.906) (8.42) (4.906) (8.42) (4.906) (8.42) (4.906) (8.42) (4.906) (8.42) (4.906)		23,774	55.669	23.774	55.835
Débitos com partes relacionadas, exceto sócios (17.930) (6.323) - (21) Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com terceiros (29.987) (1.069) (12.112) 5.399 Das atividades de financiamento com acionistas (8.442) (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906) 8.422 (4.906)<					
Das atividades de financiamento com acionistas	Débitos com partes relacionadas, exceto sócios	(17.930)		` -	` (21)
Das atividades de financiamento com acionistas					
Juros sobre o capital próprio (8.442) (4.906) (8.442) (4.906) (3.442) (4.906) (3.442) (4.906) (3.442) (4.906) (3.445) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (2.026) (3.9.485) (3.9.485) (2.026) (3.9.485		(29.987)	(1.069)	(12.112)	5.399
Distribuição de lucros					
Créditos (débitos) com sócios 222 has 2 has 2 has 2 has 2 has 3 has					
Emissão de ações Custos de transação para emissão de ações Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com acionistas Aumento (redução) das disponibilidades Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final Aumento (redução) das disponibilidades Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final Aumento (redução) das disponibilidades Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 5.585 34.519 8.004 38.991 6.217 5.585 15.528 8.004 Aumento (redução) das disponibilidades Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial				•	
Custos de transação para emissão de ações (14.129) - (14.129) - Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com acionistas Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 5.585 34.519 8.004 38.991 Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 6.217 5.585 15.528 8.004 Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244			482		439
Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com acionistas Aumento (redução) das disponibilidades Disponibilidades Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 5.585 34.519 8.004 38.991 6.217 5.585 15.528 8.004 Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244					-
Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Disponibilidades 5.585 (23.20 e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 5.585 (34.519 (30.987)) 8.004 (30.987) Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa 7.524 (30.987) Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo - 1.330 (-1.330) - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 (-3.244) - 3.244	Cusios de transação para emissão de ações	(14.123)		(14.123)	
Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Disponibilidades 5.585 (23.24) 34.519 (30.987) Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 5.585 (34.519) 8.004 (30.987) Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa:	Caixa líquido gerado nas (utilizado pelas) atividades de financiamento com acionistas	145.213	(43.909)	144.892	(43.952)
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 5.585 34.519 8.004 8.004 Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244	Aumento (redução) das disponibilidades	632	(28.934)	7.524	(30.987)
Caixa e equivalentes de caixa - Saldo inicial Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final 5.585 34.519 8.004 8.004 Aumento (redução) das disponibilidades 632 (28.934) 7.524 (30.987) Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244	Disponibilidades				
Aumento (redução) das disponibilidades Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo Liquidação de ação fiscal com depósito judicial 632 (28.934) 7.524 (30.987) 7.524 (30.987) 7.524 (30.987) 7.524 (30.987) 7.524 (30.987)		5.585	34.519	8.004	38.991
Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244	Caixa e equivalentes de caixa - Saldo final	6.217	5.585	15.528	8.004
Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244			(00.00.1)		(0.0.00=)
Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa: Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244	Aumento (redução) das disponibilidades	632	(28.934)	7.524	(30.987)
Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244	Informações adicionais a demonstração do fluxo de caixa				
Aquisição de terreno a prazo - 1.330 - 1.330 Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244	Transações que não envolvem caixa ou equivalentes de caixa:				
Liquidação de ação fiscal com depósito judicial - 3.244 - 3.244		-	1.330	-	1.330
Integralização de capital em controladas com créditos 13.899		-		-	
	Integralização de capital em controladas com créditos	13.899	-	-	-

Demonstração do valor adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2011	2010	2011	2010
Receitas	754.405	634.738	835.405	693.308
Insumos adquiridos de terceiros	(576.035)	(498.375)	(558.104)	(471.324)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	(510.279)	(441.291)	(421.068)	(341.955)
Energia, serviços de terceiros e outras despesas	(64.575)	(54.419)	(129.454)	(123.255)
Outros custos de produtos e serviços prestados	(1.181)	(2.665)	(7.582)	(6.114)
Valor adicionado bruto	178.370	136.363	277.301	221.984
Depreciação e amortização	(2.014)	(1.296)	(4.058)	(2.670)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	176.356	135.067	273.243	219.314
Valor adicionado recebido em transferência	27.499	18.912	24.315	13.749
Resultado de equivalência patrimonial	3.923	5.426	-	-
Receitas financeiras, incluindo variação cambial ativa	22.640	10.145	22.647	10.294
Outras receitas	936	3.341	1.668	3.455
Valor adicionado total a distribuir	203.855	153.979	297.558	233.063
Pessoal	40.641	37.092	77.029	65.242
- Salários, benefícios e FGTS	36.298	26.873	72.145	53.674
- Participação dos empregados no lucro	4.343	10.219	4.884	11.568
Tributos	61.931	39.275	102.990	79.161
- Federais	58.932	39.550	75.769	55.819
- Estaduais	2.873	(355)	26.713	23.083
- Municipais	126	80	508	259
Remuneração de capitais de terceiros	9.670	13.078	25.926	24.126
- Juros	1.537	2.078	1.552	2.199
- Aluguéis	2.060	1.538	15.060	10.301
- Despesas financeiras, incluindo variação cambial passiva	6.073	9.462	9.314	11.626
Remuneração de capitais próprios	91.613	64.534	91.613	64.534
- Juros sobre o capital próprio e dividendos	23.985	32.932	23.985	32.932
- Lucros retidos do exercício	67.628	31.602	67.628	31.602
Distribuição do valor adicionado	203.855	153.979	297.558	233.063

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Arezzo Indústria e Comércio S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede localizada à Rua Fernandes Tourinho, 147 – salas 1301 e 1303 na cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, tendo suas ações negociadas no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros sob o código ARZZ3 desde 02 de fevereiro de 2011.

A Companhia tem por objeto, juntamente com as suas controladas, a fabricação, o desenvolvimento, a modelagem e o comércio de calçados, bolsas e acessórios para o vestuário feminino.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia contava com 289 franquias no Brasil e no exterior e 45 lojas próprias distribuídas pelo Brasil e um canal "web commerce" destinado à vendas de produtos da marca Schutz. O sistema de franquias é controlado pela própria Companhia e as lojas próprias fazem parte das controladas.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são as seguintes:

ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAB")

A ZZAB tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo lojas ativas nas cidades de São Paulo, Brasília e Porto Alegre. Em 01 de junho de 2010, a ZZAB incorporou a ZZAH e ZZAIBI (conforme abaixo definidas).

ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZSAP")

A ZZSAP tem por objeto a fabricação e comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como a importação e exportação desses produtos.

ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ("ZZARIO")

A ZZARIO, criada em setembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo sete lojas na cidade do Rio de Janeiro.

ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAF")

A ZZAF, criada em novembro de 2008, tem por objeto a comercialização de sapatos, bolsas e cintos de couro, componentes para calçados, artigos de vestuário, acessórios de moda, bem como importação e exportação desses produtos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia--Continuação

ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ("ZZCAPRI")

A ZZCAPRI, criada em novembro de 2008, tem por objeto o comércio varejista de calçados, bolsas e cintos, possuindo cinco lojas na cidade de São Paulo.

ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAH") e ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ("ZZAIBI")

A ZZAH e a ZZAIBI iniciaram as suas atividades em fevereiro de 2009 com o objeto de atuar no comércio varejista de calçados, bolsas e cintos. Estas duas empresas foram integralmente incorporadas pela ZZAB em junho de 2010.

Schutz International Corporation ("Schutz Int.")

A Schutz Int., sediada em Miami, Estados Unidos, tem por objeto a comercialização de calçados e intermediação de negócios.

Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda. ("Shoes For U")

Adquirida em 21 de julho de 2008, a Shoes For U tem por objeto a participação comércio varejista de calçados, bolsas, cintos e acessórios. Desde 28 de maio de 2010 as operações da Shoes For U estão paralisadas.

2. Políticas contábeis

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As demonstrações financeiras consolidadas também foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras-Continuação

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todas as normas, revisões de normas e interpretações emitidas pelo CPC, pelo IASB e órgãos reguladores que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2011. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia ("Administração") no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido a imprecisões ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente, em um período não superior a um ano.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foram autorizadas em reunião de diretoria realizada em 22 de fevereiro de 2012.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.2 Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e das seguintes controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

	Participação total - %	
Controladas	31/12/2011	31/12/2010
77400 () 0 1 1		00 0000
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	99,9999	99,9999
ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	99,9999	99,9999
Allmaness Calçados Ltda.	99,9999	99,9999
Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda.	99,9999	99,9999
Schutz International Corporation	99,9999	99,9999
ZZARIO Comércio de Calçados Ltda.	99,9999	99,9999
ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	99,9999	99,9999
ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.	99,9999	99,9999
Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda.	99,9999	99,9999

As controladas são integralmente consolidadas a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis uniformes em todas as empresas consolidadas. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações entre as empresas, são eliminados por completo.

Uma mudança na participação sobre uma controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido.

O resultado do exercício é atribuído integralmente aos acionistas controladores uma vez que à participação dos não controladores representa 0,0001% do consolidado.

2.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da controladora. Cada controlada da Companhia determina sua própria moeda funcional, e naquelas cujas moedas funcionais são diferentes do real, as demonstrações financeiras são traduzidas para o real na data do fechamento.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.4 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças estão sendo registradas na demonstração do resultado.

2.5 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou como principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre no momento de sua entrega.

Receita de royalties

A receita de royalties é reconhecida pelo regime de competência conforme a essência dos contratos aplicáveis.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.6 Caixa e equivalentes de caixa

Inclui caixa, saldos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis no prazo de até 90 dias das datas das transações e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa, em sua maioria, são classificadas na categoria "ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado".

2.7 Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes representam os valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e estão apresentadas a valores de custo amortizado, sendo que as contas a receber de clientes no mercado externo estão atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações financeiras. Caso o prazo de recebimento seja equivalente a um ano ou menos, são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e teve como critério a análise individual dos saldos de clientes com risco de inadimplência.

2.8 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio.

<u>Produtos acabados e em elaboração</u> - custo dos materiais diretos e mão de obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal.

O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Investimentos em controladas

Os investimentos da Companhia em suas controladas são avaliados com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18, para fins de demonstrações financeiras da controladora.

Com base no método da equivalência patrimonial, o investimento na controlada é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na controlada.

A participação societária na controlada é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

2.10 Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição ou formação. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 14 e leva em consideração a vida útil econômica estimada dos bens, conforme segue:

	Vida útil média
	estimada
Prédios	25 anos
Instalações e showroom	10 anos
Maquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.10 Imobilizado--Continuação

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

Durante o exercício, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e consequentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.11 Intangível

Os ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por direitos de uso de softwares, marcas e patentes e direitos de uso de lojas.

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Intangível--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil, de indefinida para definida, é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os gastos com pesquisa são registrados como despesa quando incorridos.

2.12 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia avalia periodicamente o efeito deste procedimento e nos exercícios de 2011 e 2010 não transacionou operações de longo prazo (e tão pouco relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas.

2.14 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência e/ou obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação

Impostos sobre vendas

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos impostos sobre vendas exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas, e
- o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços da Companhia estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Aliquotas
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	7,00% a 19,00%
COFINS – Contribuição para Seguridade Social	7,60%
PIS – Programa de Integração Social	1,65%

Na demonstração do resultado, as vendas são apresentadas líquidas destes tributos.

Imposto de renda e contribuição social - Correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais, e são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização e/ou liquidação. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia opera e gera receita tributável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Imposto de renda e contribuição social - Correntes--Continuação

No Brasil, principal país em que a Companhia opera, a tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Dessa forma, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

O imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizadas possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis, associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias seja revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributários futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Tributação--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

2.16 Outros benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e administradores da Companhia incluem, em adição a remuneração fixa (salários e contribuições para a seguridade social (INSS), férias, 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros. Esses benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência, à medida que são incorridos.

2.17 Lucro por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação - utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e Demonstração do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 R2 (IAS 7) - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC / IASB.

A demonstração do valor adicionado (DVA) não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com o CPC 09 — Demonstração do Valor Adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o exercício, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos e ativos financeiros disponíveis para venda.

Os ativos e passivos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem instrumentos financeiros mantidos para negociação e ativos e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. São classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Instrumentos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

Ativos e Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.20 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia utiliza Non-Deliverable Foward (NDF) e Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACCs") como principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das venda de mercadorias para o mercado externo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.20 Instrumentos financeiros derivativos--Continuação

Estes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de hedge accounting e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

2.21 Informações por segmento

Em função da concentração de suas atividades no desenvolvimento e na comercialização de calçados femininos, bolsas e acessórios à Companhia está organizada em uma única unidade de negócio. Os produtos da Companhia estão representados por quatro marcas (Arezzo, Schutz, Alexandre Birman e Anacapri), e embora sejam comercializados através de diferentes canais de distribuição (lojas próprias, franquias e lojas multimarcas) não são controlados e gerenciados pela Administração como segmentos independentes, sendo os resultados da Companhia acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada.

2.22 Arrendamentos mercantis

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.22 Arrendamentos mercantis--Continuação

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são destacadas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de fiscalizações por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para todas as causas cuja probabilidade de perda seja estimada como provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas--Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas--Continuação

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informações Financeiras do IASB)

a) Normas e interpretações de normas vigentes

Alguns novos procedimentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ ou revisados e têm a sua adoção obrigatória para o exercício iniciado em 1° de janeiro de 2011. Estes não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia no exercício de aplicação inicial. Segue abaixo a avaliação da Companhia destes novos procedimentos e interpretações:

IAS 24 Exigências de Divulgação para Entidades Estatais e Definição de Parte Relacionada (revisada) - A versão revisada da IAS 24 simplifica as exigências de divulgação para entidades estatais e esclarece a definição de parte relacionada. A norma revisada aborda aspectos que, segundo as exigências de divulgação e a definição de parte relacionada anteriores, eram demasiadamente complexos e de difícil aplicação prática, principalmente em ambientes com amplo controle estatal, oferecendo isenção parcial a entidades estatais e uma definição revista do conceito de parte relacionada. Esta alteração foi emitida em novembro de 2009, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

IFRIC 14 Pagamentos Antecipados de um Requisito de Financiamento Mínimo - Esta alteração visa a corrigir uma consequência involuntária da IFRIC 14. A alteração aplica-se apenas àquelas situações em que uma entidade está sujeita a requisitos mínimos de financiamento e antecipa contribuições a fim de cobrir esses requisitos. A alteração permite que essa entidade contabilize o beneficio de tal pagamento antecipado como ativo. Esta alteração passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2011. Esta alteração não teve impacto nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informações Financeiras do IASB)--Continuação

b) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes

A seguir listamos as normas que serão efetivas a partir dos exercícios fiscais iniciados a partir de 1° de janeiro de 2012 e 2013:

IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras - Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes (revisado em 2011) - A alteração desta norma aborda aspectos relacionados a divulgação de itens de outros resultados abrangentes e cria a necessidade de se separar os itens que não serão reclassificados futuramente para o resultado e itens que podem ser reclassificados futuramente para o resultado. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. - Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo de acordo com o IAS 40. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 19 Benefícios aos Empregados (revisado em 2011) - A alteração desta norma aborda aspectos relacionados à contabilização e divulgação de benefícios a empregados. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras consolidadas.

IAS 27 Demonstrações Financeiras Separadas (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.

IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e Joint Ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. A administração não espera impactos às demonstrações consolidadas, uma vez que não possui investimento compartilhado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informações Financeiras do IASB)--Continuação

b) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas - Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações financeiras compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. A Companhia iniciará um processo de avaliação para identificar se tal norma poderá ou não causar algum impacto em suas demonstrações financeiras. Com base nas avaliações preliminares a administração não espera impactos relevantes.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - A IFRS 9 Instrumentos Financeiros encerra a primeira parte do projeto de substituição da "IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo. A nova abordagem baseia-se na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas - Introduz uma nova definição de controle, que é usada para determinar quais as entidades são consolidadas e descreve os procedimentos de consolidação. Esta norma não altera a forma de consolidação, mas introduz uma nova definição de controle e, consequentemente, quais investimentos devem ser consolidados dependendo de novos critérios de avaliação (por exemplo controle sobre a atividade relevante). Esta norma foi emitida em no segundo trimestre de 2011, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

4. Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informações Financeiras do IASB)--Continuação

b) Normas e interpretações de normas ainda não vigentes--Continuação

IFRS 11 Investimentos compartilhados ("joint arrangements") - descreve a contabilização de investimentos com controle comum; a consolidação proporcional não é permitida para empreendimentos compartilhados ("joint ventures"). Atualmente as IFRS permitem a consolidação proporcional - linha a linha - de "joint ventures" ou seu registro pelo método de equivalência patrimonial. A consolidação proporcional não será mais permitida com a adoção do IFRS 11. Esta norma foi emitida em no segundo trimestre de 2011, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A Companhia não espera que esta alteração cause impacto em suas demonstrações financeiras.

IFRS 12 Divulgações de investimentos em outras entidades - introduz novos requisitos de divulgação relativos a investimentos subsidiárias, joint-ventures, associadas e "entidades estruturadas". Esta norma foi emitida no segundo trimestre de 2011, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. Embora esta norma não impacte o registro ou a mensuração dos investimentos, a Companhia espera que algumas divulgações adicionais possam ser necessárias a fim de satisfazer plenamente os requerimentos de divulgação desta norma.

IFRS 13 Mensuração do valor justo - fornece novas orientação sobre como mensurar o valor justo. Esse normativo não altera os atuais requerimentos de mensuração a valor justo presentes nas IFRS, mas introduz novas requerimentos de divulgação, orientações na forma de mensurar os ativos e passivos a valor justos quando permitidos ou requeridos pelas atuais IFRS. Esta norma foi emitida no segundo trimestre de 2011, passando a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013. A administração irá avaliar o impacto desta nova IFRS em suas políticas e procedimentos de mensuração e divulgação de valor justo.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Disponibilidades	6.217	5.585	15.528	8.004
	6.217	5.585	15.528	8.004

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

6. Aplicações financeiras

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Circulante Renda fixa (a)	157.901	5.000	158.022	5.000	
Não circulante Fundo de capitalização Total das aplicações financeiras		27 5.027	79 158.101	98 5.098	

(a) Incluem certificados de depósitos bancários (CDB) e investimentos em títulos e valores mobiliários.

Em 31 de dezembro de 2011 a remuneração média dos investimentos do fundo e aplicações é de 102% do CDI. Os ativos são compostos em 9% por Letras Financeiras do Tesouro – LFT e 100% dos ativos possuem liquidez diária.

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha (assim compreendido as 10 maiores instituições do país) e são substancialmente remuneradas com base em percentuais da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Do total das aplicações financeiras, R\$5.589 (R\$ 5.000 em 2010) foram dados em garantia de operações de carta fiança contratadas junto a instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Duplicatas – clientes	141.612	106.722	147.273	112.414
Duplicatas – partes relacionadas (Nota 12.a)	24.215	14.748	-	-
Cheques	37	46	1.209	1.291
Cartoes de crédito	2.038	1.270	31.563	19.221
	167.902	122.786	180.045	132.926
(-) Provisão para créditos de liquidação				
duvidosa	(431)	(500)	(456)	(524)
	167.471	122.286	179.589	132.402

As políticas de vendas para os clientes estão subordinadas às políticas de crédito fixadas pela Administração e visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Destaca-se que os clientes de varejo têm suas operações preponderantemente representadas nas contas de "cartões de créditos" e as operações decorrentes de representações comerciais e distribuidores (franquias), que possuem relacionamento estruturado com a Companhia, representadas pelas contas de "duplicatas - clientes".

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consol	lidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício Adicões	(500) (13)	(442) (58)	(524) (14)	(466) (58)
Recuperações/ realizações	82	-	82	-
Saldo no final do exercício	(431)	(500)	(456)	(524)

A composição das contas a receber e provisão por idade de vencimento é como segue:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
A vencer	166.733	120.757	178.655	130.346
Vencido até 30 dias	311	689	335	993
Vencido de 31 a 60 dias	213	148	239	190
Vencido de 61 a 90 dias	77	203	94	229
Vencido de 91 a 180 dias	103	561	144	666
Vencido de 181 a 360 dias	34	3	147	41
Vencido há mais de 360 dias	431	425	431	461
	167.902	122.786	180.045	132.926

Do total das contas a receber, R\$ 25.670 (R\$ 23.560 em 31 de dezembro 2010) estão dados em garantia de cartas fianças contratadas junto a instituições financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

8. Estoques

	Contro	Controladora		olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Almoxarifado	5.127	2.126	12.440	10.951
Produtos em elaboração	-	813	5.525	9.437
Produtos acabados	15.302	11.601	36.006	24.135
Adiantamentos a fornecedores	2.475	3.132	3.417	4.361
(-) Provisão para perdas	(4)	(22)	(4)	(22)
	22.900	17.650	57.384	48.862

Os produtos em almoxarifado referem-se a matérias primas destinadas, principalmente, ao desenvolvimento de novos tipos de produtos e coleções. Os produtos em elaboração referem-se substancialmente aos calçados que se encontram em fase de fabricação na controlada "ZZSAP". Os produtos acabados são compostos, principalmente, de calçados para formação de estoques estratégicos para reposição imediata aos clientes.

Periodicamente são efetuadas varreduras de produtos obsoletos, sendo estes incinerados e a perda reconhecida contabilmente.

A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Contro	Controladora		lidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo no início do exercício Adições Recuperações/ realizações	(22) (843) 861	(27) (535) 540	(22) (843) 861	(27) (535) 540
Saldo no final do exercício	(4)	(22)	(4)	(22)

9. Impostos a recuperar

	Controladora		Consc	lidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ICMS a recuperar	4.154	5.785	4.448	6.105
Antecipação de IRPJ	2.666	3.175	3.847	3.953
Antecipação de CSLL	822	1.080	1.261	1.115
Outros	341	225	993	619
	7.983	10.265	10.549	11.792
Circulante Não circulante	7.625 358	6.362 3.903	10.191 358	7.889 3.903

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

10. Outros créditos

	Contro	ladora	Consolidado	
Descrição	31/12/11	31/12/10	31/12/11	31/12/10
Despesas antecipadas	310	356	325	372
Adiantamentos a empregados	492	934	806	1.313
Adiantamentos a fornecedores	1.006	471	2.256	1.472
Adiantamentos de viagens	308	441	312	442
Adiantamento ao fundo de propaganda	6.902	3.181	6.903	3.181
Outros créditos a realizar	1.019	72	1.566	199
	10.037	5.455	12.167	6.979
Circulante	9.548	5.443	11.662	6.910
Não circulante	489	12	506	69

Adiantamento ao fundo de propaganda

Para a propaganda e promoção nacional da rede de franquias da Companhia ("Rede de Franquias Arezzo"), o franqueado compromete-se a destinar um percentual do valor bruto das suas compras a um fundo de propaganda nacional, denominado "Fundo Cooperativo de Propaganda e Promoção da Rede Arezzo". Os valores correspondentes a este percentual são depositados mensalmente pelos franqueados e destinados ao desenvolvimento de estratégias de marketing e publicidade, incluindo propaganda e promoções exercidas em benefício da divulgação da Rede de Franquias Arezzo, bem como para custeio de fornecedores de criação e desenvolvimento de campanhas, além de qualquer outra atividade relacionada à propaganda e promoção em nível nacional. Os valores arrecadados são administrados pela franqueadora e a prestação de contas da destinação dos valores é realizada anualmente. Durante o exercício, a Companhia efetua antecipações para honrar com a totalidade dos compromissos do fundo de propaganda.

11. Imposto de renda e contribuição social

a) Impostos diferidos

O imposto de renda pessoa jurídica ("IRPJ") e a contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, sobre a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos, passivos e valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Impostos diferidos--Continuação

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Créditos tributários - resultantes de incorporação (i) (-) Amortização fiscal	13.935 (9.987)	13.935 (7.200)	13.935 (9.987)	13.935 (7.200)
Créditos tributários - resultantes de incorporação (ii) (-) Amortização fiscal	7.535 (3.014)	7.535 (1.507)	7.535 (3.014)	7.535 (1.507)
Imposto de renda e contribuição social diferidos resultante de incorporação	8.469	12.763	8.469	12.763
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias (iii)	1.065	1.233	1.543	1.686
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	9.534	13.996	10.012	14.449

- (i) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente do aumento de capital que a BRICS Participações S.A. (BRICS) efetuou na Companhia a valor de mercado determinado por peritos independentes, o qual subsequentemente foi incorporado pela Companhia por meio da operação de incorporação reversa, líquido da provisão retificadora do ágio prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contrapartida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.
- (ii) O ágio, justificado pela expectativa de rentabilidade futura, é decorrente de incorporação pela Companhia de acervo oriundo de cisão da FIGEAC Holdings S.A. ("FIGEAC"), líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99 que, em essência, representa o benefício fiscal decorrente da dedutibilidade do referido ágio. O acervo líquido incorporado será amortizado contabilmente e fiscalmente em um prazo estimado de cinco anos e teve como contra partida uma reserva especial de ágio a ser transferida para a conta de capital em favor dos acionistas quando da realização total do benefício fiscal.
- (iii) Crédito tributário diferido decorrente de diferenças temporárias dedutíveis, principalmente sobre provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A seguir demonstramos a reconciliação do ativo fiscal diferido:

	Controladora		Cons	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo de abertura	13.996	19.018	14.449	19.697
Crédito fiscal sobre custos de emissão de ações	4.804	-	4.804	-
Despesa de imposto reconhecida no resultado	(9.266)	(5.022)	(9.241)	(5.248)
	9.534	13.996	10.012	14.449

Os estudos e projeções efetuados pela Administração da Companhia indicam geração de resultados positivos futuros, em montante que possibilita a compensação futura créditos tributários nos próximos anos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

a) Impostos diferidos -- Continuação

Com base nas projeções de resultados tributáveis futuros, a estimativa de recuperação do saldo ativo de imposto de renda e contribuição social diferidos (controladora e consolidado) encontra-se demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2011	31/12/2011
2012	4.667	4.786
2013	2.899	3.019
2014	1.738	1.858
2015	230	349
Total	9.534	10.012

b) Reconciliação entre a despesa de IRPJ e CSLL pela alíquota nominal e pela efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	Controladora		Consc	olidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	122.432	85.210	125.452	89.289	
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%	
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente Efeito do IRPJ e CSLL sobre diferenças permanentes:	(41.627)	(28.971)	(42.654)	(30.358)	
Benefício dos gastos com pesquisa e inovação tecnológica – lei nº 11.196/05 Equivalência patrimonial	2.838 1.334	4.899 1.845	2.838	4.899 -	
Juros sobre capital próprio Outras diferenças permanentes	6.075 561	1.668 (117)	6.075 (98)	1.668 (964)	
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(30.819)	(20.676)	(33.839)	(24.755)	
Corrente Diferido	(21.553) (9.266)	(15.654) (5.022)	(24.598) (9.241)	(19.507) (5.248)	
Total	(30.819)	(20.676)	(33.839)	(24.755)	
Taxa efetiva - %	25,17%	24,26%	26,97%	27,72%	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações com empresas controladas e controladores

				04/40/0044			
	Ativo			31/12/2011 Passivo	Passivo não		
	circulante	Ativo não o	irculante	circulante	circulante	Trans	ações
Controladora	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresso controlodos							
Empresas controladas Schutz International Corporation	_	6.701	_	_	_	3.785	_
Schutz Shoes Design Shoes For U Comércio de Calçados e	-	-	1	-	-	48	-
Acessórios Ltda.	-	-	1	-	-	-	-
ZZAB Comércio de Calçados Ltda. ZZAF Indústria e Comércio de	8.839	-	-	253	-	38.089	1.169
Calçados Ltda.	-	-	1.380	2.461	-	385	54.824
ZZARIO Comércio de Calçados Ltda.	11.648	-	2.714 200	20 7	-	12.032 2.548	219 8
ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de	3.369	-	200	,	-	2.546	0
Calçados Ltda.	359	_	3	7.845	_	14	148.553
Controladores			-				
Acionistas	-	-	-	-	-	-	-
Total Controladora	24.215	6.701	4.299	10.586	-	56.901	204.773
Consolidado							
Controladores							
Acionistas	-	-	-	-	905	-	-
				31/12/2010			
	Ativo circulante	Ativo não o	circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Trans	sações
Controladora	Contas a receber	Créditos	Mútuo	Fornecedores	Mútuo	Receitas	Compras
Empresas controladas							
Schutz International Corporation	-	4.254	-	-	-	3.684	-
Schutz Shoes Design Shoes For U Comércio de Calçados e	-	-	951	-	-	-	-
Acessórios Ltda. ZZAB Comércio de Calcados Ltda.	7.394	-	1 508	- 385	-	118 27.443	313
ZZAF Indústria e Comércio de	7.334	-	300	303	-	27.443	313
Calcados Ltda.	5					00	45.016
		-	393	2.386	-	86	
ZZAH Comércio de Calçados Ltda.	-	-	393	2.386	-	408	-
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda.	-	- -	-	- -	-	408 725	-
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ZZARIO Comércio de Calçados Ltda.	- - 5.264	- - -	- - 7	2.386 - - 2	- - -	408 725 8.886	- - 10
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.	-	- - - -	-	- -	- - - -	408 725	- 10 -
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda.	- - 5.264	-	- - 7	- -	- - - - - 279	408 725 8.886	10 - 138.266
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de	5.264 1.761	- - -	- 7 1.543	2	279	408 725 8.886 1.773	-
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ZZAPRI Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. Controladores	5.264 1.761 324	- - -	7 1.543	2		408 725 8.886 1.773	-
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. Controladores Acionistas	5.264 1.761 324	- - - - -	7 1.543 - 1.060	- 2 - 4.450	1.260	408 725 8.886 1.773 576	138.266
ZZAH Comércio de Calçados Ltda. ZZAIBI Comércio de Calçados Ltda. ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda. ZZSAP Indústria e Comércio de Calçados Ltda. Controladores Acionistas Total Controladora	5.264 1.761 324	- - - - -	7 1.543 - 1.060	- 2 - 4.450	1.260	408 725 8.886 1.773 576	138.266

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

b) Natureza, termos e condições das transações - Empresas controladas

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que são efetuadas em condições comerciais e financeiras, estabelecidas de comum acordo entre as partes. A transação mais comum é a venda de calçados e acessórios da Companhia (controladora) para as lojas ZZAB, ZZARIO e ZZCAPRI (controladas) e a aquisição dos mesmos das fabricantes ZZAF e ZZSAP (controladas).

As transações comerciais praticadas entre tais partes relacionadas seguem políticas de preços e prazos específicos estabelecidos entre as partes. O prazo médio de recebimento de partes relacionadas é de 164 dias, enquanto o prazo médio de pagamento das partes relacionadas é de 19 dias.

Os saldos a receber de partes relacionadas, exceto pelos saldos de mútuos, possuem datas específicas para vencimento. Os mútuos ativos são atualizados aplicando-se a variação da Taxa de Juros de Longo Prazo ("TJLP") acrescida de juros de 2,5% ao ano.

c) Remuneração da Administração

A remuneração da Administração ocorre por meio de pagamento de pró-labore e participação nos lucros. Em 31 de dezembro de 2011 a remuneração total relativa aos benefícios de curto prazo (pró-labore e participação nos lucros) da Administração da Companhia foi de R\$ 3.108 (R\$ 2.611 em 31 de dezembro de 2010), como segue:

	31/12/2011	31/12/2010
Remuneração Fixa Anual Salário / Pró-labore	2.755	2.322
Remuneração Variável Bônus	353	289
Total da remuneração	3.108	2.611

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-emprego, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados.

d) Garantias

A Companhia é a garantidora de um contrato de arrendamento mercantil firmado em novembro de 2009 por sua controlada ZZSAP no montante de R\$ 125 (R\$ 179 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12. Saldos e transações com partes relacionadas--Continuação

e) Transações ou relacionamentos com acionistas

A Companhia mantém contrato de locação do imóvel onde está estabelecida sua filial na cidade de Campo Bom, Estado do Rio Grande do Sul, que é de propriedade de uma empresa cujo sócio é um dos acionistas da Companhia (Anderson Lemos Birman). O valor do aluguel pago no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 95 (R\$ 94 em 31 de dezembro de 2010). O contrato tem vigência de 60 meses e é reajustado a cada 12 meses pelo IGP-M.

Alguns diretores da Companhia detêm, de forma direta e indireta, uma participação total de 54% das ações da Companhia em 31 de dezembro de 2011, sendo a participação indireta realizada por meio da ALBIR Participações S.A.

f) Transações com outras partes relacionadas

A Companhia mantém contrato de prestação de serviços de assessoria jurídica nas áreas cível, trabalhista e tributária com o Escritório de Advocacia Procópio de Carvalho de propriedade do Sr. José Murilo Procópio de Carvalho, membro do Conselho de Administração da Companhia, e com a empresa Ethos Desenvolvimento S/C Ltda, de propriedade do Sr. José Ernesto Beni Bolonha, que presta consultoria em gestão de recursos humanos, também membro do Conselho de Administração da Companhia. Estas empresas receberam no ano de 2011 R\$ 252 e R\$ 411 (R\$ 707 e R\$ 474 em 31 de dezembro de 2010), respectivamente.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos

Os detalhes dos investimentos em sociedades controladas estão a seguir apresentados:

					Investimento/Provisão para passivo a descoberto		a equivalência	
	Capital	Patrimônio Líquido	Resultado	%				
Descrição	Social	ajustado	do exercício	Partic.	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
ZZAB Com.de Calçados Ltda.	36.839	49.558	4.964	99,99	49.558	23.594	5.163	2.967
ZZARIO Com.de Calçados Ltda.	8.326	6.853	(862)	99,99	6.853	6.271	(798)	(566)
ZZCAPRI Com.de Calçados Ltda.	4.150	1.948	(198)	99,99	1.948	1.500	(203)	(746)
ZZSAP Ind.e Com.de Calçados Ltda.	591	10.320	543	99,99	10.320	9.928	392	2.980
ZZAF Ind.e Com.de Calçados Ltda.	350	3.806	542	99,99	3.806	3.282	524	1.540
Allmaness Calçados Ltda. (**)	10	165	6	99,99	165	159	6	10
Schutz Shoes Design Exp.e Imp.de								
Calç. Ltda. (**)	1.821	507	(186)	99,99	507	-	(186)	-
Shoes For U Com.de Calçados e								
Acessórios Ltda. (**)	700	1	(262)	99,99	1	-	(262)	-
ZZAH Com.de Calçados Ltda. (*)	-	-	-	99,99	-	-	-	96
ZZAIBI Com.de Calçados Ltda. (*)	-	-	-	99,99	-	-	-	38
Investimentos					73.158	44.734	4.636	6.319
Schutz International Corporation	113	(3.132)	(713)	99,99	(3.132)	(2.420)	(713)	(807)
Schutz Shoes Design Exp.e Imp. de								
Calç. Ltda. (**)					-	(377)	-	(92)
Shoes For U Com.de Calçados e								
Acessórios Ltda. (**)					-	(387)	-	6
Provisão para passivo a descoberto					(3.132)	(3.184)	(713)	(893)
					70.026	41.550	3.923	5.426

- (*) Incorporadas em junho de 2010 pela controlada ZZAB Com. de Calçados Ltda.
 (**) Empresas operacionais cujas atividades encontram-se paralisadas.

	Controladora		
	31/12/2011	31/12/2010	
Saldo no início do exercício, líquido da provisão para perdas	41.550	31.499	
Integralização de capital	24.553	4.625	
Equivalência patrimonial	3.923	5.426	
Saldo no final do exercício, líquido da provisão para perdas	70.026	41.550	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

13. Investimentos--Continuação

Aumento de capital:

Em 08 de novembro de 2011, a Companhia aumentou o capital social nas suas controladas no montante de R\$ 24.553 da seguinte forma:

	R\$
ZZAB Comércio de Calçados Ltda.	20.801
ZZARIO Comércio de Calçados Ltda.	1.381
ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda.	650
Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios	
Ltda.	650
Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda.	1.071
	24.553
Integralização com caixa	10.654
Integralização com créditos	13.899

14. Imobilizado

Os detalhes do ativo imobilizado da Companhia estão demonstrados nos quadros abaixo:

Controladora:

	Computadores e periféricos	Móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos	Instalações e Show Room	Prédios	Veículos	Terrenos	Total
Custo bruto								
Saldo em 31/12/2010	3.476	1.827	1.224	2.541	-	57	1.501	10.626
Aquisições	602	472	666	1.454	-	-	-	3.194
Baixas	(76)	-	(133)	-	-	-	-	(209)
Saldo em 31/12/2011	4.002	2.299	1.757	3.995	-	57	1.501	13.611
Depreciação acumulad	da							
Saldo em 31/12/2010	(1.930)	(984)	(559)	(884)	-	(24)	-	(4.381)
Depreciação	` (484)	(163)	(126)	(209)	-	(4)	-	(986)
Baixas	` 57 [^]	` -	` 2 [']	` -	-	`-	-	` 59 [°]
Saldo em 31/12/2011	(2.357)	(1.147)	(683)	(1.093)	-	(28)	-	(5.308)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2010	1.546	843	665	1.657	-	33	1.501	6.245
Saldo em 31/12/2011	1.645	1.152	1.074	2.902	-	29	1.501	8.303

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

14. Imobilizado--Continuação

Consolidado:

	Computadores	Móveis e	Máquinas e	Instalações e Show				
	e periféricos	utensílios	equipamentos	Room	Prédios	Veículos	Terrenos	Total
Custo bruto								
Saldo em 31/12/2010	4.056	4.240	6.238	12.810	438	122	2.001	29.905
Aquisições	1.151	2.934	1.204	6.845	92	1	-	12.228
Baixas	(70)	(112)	(135)	(43)	-	-	-	(361)
Saldo em 31/12/2011	5.137	7.062	7.307	19.612	530	123	2.001	41.772
Depreciação acumulada								
Saldo em 31/12/2010	(2.154)	(1.540)	(2.517)	(2.137)	(98)	(83)	-	(8.529)
Depreciação	(607)	(456)	(535)	(1.397)	(19)	(8)	-	(3.022)
Baixas	44	- '	-	-	28	-	-	72
Saldo em 31/12/2011	(2.717)	(1.996)	(3.052)	(3.534)	(89)	(91)	-	(11.479)
Valor contábil líquido								
Saldo em 31/12/2010	1.902	2.700	3.721	10.673	340	39	2.001	21.376
Saldo em 31/12/2011	2.420	5.066	4.255	16.078	441	32	2.001	30.293

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações financeiras como um todo, a Companhia e suas controladas avaliaram a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2011.

15. Intangível

Os detalhes dos intangíveis e da movimentação dos saldos da Companhia estão apresentados a seguir:

Controladora:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo bruto	<u> </u>	•		
Saldo em 31/12/2010	2.541	125	7.435	10.101
Aquisições	82	-	2.806	2.888
Baixas	-	-	(260)	(260)
Saldo em 31/12/2011	2.623	125	9.981	12.729
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2010	-	-	(4.479)	(4.479)
Amortização	-	-	(1.028)	(1.028)
Baixas	-	-	` 14 [′]	` 14 [′]
Saldo em 31/12/2011	-	-	(5.493)	(5.493)
Valor contábil líquido				
Saldo em 31/12/2010	2.541	125	2.956	5.622
Saldo em 31/12/2011	2.623	125	4.488	7.236
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Consolidado:

	Marcas e patentes	Direito de uso de lojas	Direito de uso de sistemas	Total
Custo bruto		•		
Saldo em 31/12/2010	2.638	8.976	7.817	19.431
Aquisições	84	14.881	3.046	18.011
Baixas	-	(321)	(299)	(620)
Saldo em 31/12/2011	2.722	23.536	10.564	36.822
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2010	-	-	(4.659)	(4.659)
Amortização	-	-	(1.036)	(1.036)
Baixas	-	-	` 14 [′]	` 14 [′]
Saldo em 31/12/2011		-	(5.681)	(5.681)
Valor contábil líquido				
Saldo em 31/12/2010	2.638	8.976	3.158	14.772
Saldo em 31/12/2011	2.722	23.536	4.883	31.141
Vida útil média estimada	Indeterminada	Indeterminada	5 anos	

Os intangíveis de vida útil definida referem-se a direitos sobre softwares e licenças adquiridos de terceiros e são amortizados linearmente ao longo de sua vida útil estimada, tendo como contra partida a conta de despesas gerais e administrativas.

Os intangíveis de vida útil indeterminada referem-se a marcas e patentes e direitos de uso de lojas, sendo que estes últimos correspondem aos dispêndios efetuados pela Companhia para o uso de lojas em pontos comerciais locados.

Foi reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 o montante de R\$ 16.697 na controladora e no consolidado (R\$ 15.931 em 31 de dezembro de 2010) relativos a despesas com pesquisa e desenvolvimento de novos produtos da Companhia.

<u>Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil</u> indefinida

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos intangíveis utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representadas por suas lojas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

<u>Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil</u> indefinida--Continuação

O processo de determinação do valor em uso envolve utilização de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa, tais como taxas de crescimento das receitas, custos e despesas, estimativas de investimentos e capital de giro futuros e taxas de descontos. As premissas sobre projeções de crescimento, do fluxo de caixa e dos fluxos de caixa futuro são baseadas no plano de negócios da Companhia, aprovado pela Administração, bem como em dados comparáveis de mercado e representam a melhor estimativa da Administração, das condições econômicas que existirão durante a vida econômica das diferentes unidades geradoras de caixa, conjunto de ativos que proporcionam a geração dos fluxos de caixa. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo de capital.

De forma consistente com as técnicas de avaliação econômica, a avaliação do valor em uso é efetuada por um período de 5 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado.

As taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções além do período de 5 anos variaram de 1% a 3%. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados a taxa de desconto que variam de 14% a 16% ao ano, para cada unidade geradora de caixa analisada.

As principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são como segue:

- Receitas As receitas foram projetadas entre 2012 e 2016 considerando o crescimento da base de clientes das diferentes unidades geradoras de caixa.
- Custos e despesas operacionais Os custos e despesas foram projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como, com o crescimento histórico das receitas.
- Investimentos de capital Os investimentos em bens de capital foram estimados considerando a infra-estrutura necessária para viabilizar a oferta dos produtos, com base no histórico da Companhia.

As premissas-chave foram baseadas no desempenho histórico da Companhia e em premissas macroeconômicas razoáveis e fundamentadas com base em projeções do mercado financeiro, documentadas e aprovadas pela Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

<u>Teste de perda por redução ao valor recuperável dos intangíveis com vida útil indefinida</u>--Continuação

O teste de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultou na necessidade de reconhecimento de perda no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, visto que o valor estimado de uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

16. Empréstimos e financiamentos

As operações de empréstimos e financiamentos podem ser assim resumidas:

	Contro	ladora	Consc	olidado
_	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Capital de giro				
Banco do Brasil (FINAME)	34	48	34	48
Banco Votorantin S/A	-	278	-	278
Banco Santander S/A	-	4.058	-	4.058
Banco Itaú S/A	-	832	-	832
BNDES - HSBC	-	1.658	-	1.658
Adiantamento de Contrato de Câmbio				
(ACC)	16.909	17.083	16.909	17.083
FINEP	21.507	22.646	21.507	22.646
Outros	84	-	209	166
	38.534	46.603	38.659	46.769
•				
Circulante	20.845	27.330	20.885	27.370
Não circulante	17.689	19.273	17.774	19.399

A taxa de juros e encargos incidentes sobre os empréstimos são:

- (i) FINEP: Taxa de 5,25% ao ano, ou indexado a TJLP se esta for maior que 6% ao ano;
- (ii) Outros: 1,37% ao mês;
- (iii) Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC): denominado em dólares, acrescido pela variação cambial mais juros a uma taxa média de 2,54% ao ano.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Vencimentos dos contratos

- Banco do Brasil S/A: parcelas mensais com vencimento final em agosto de 2015;
- Outros: prazo final de amortização em janeiro de 2015; e
- FINEP: vencimento em agosto de 2017.

Os montantes registrados no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2011 apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

	Controladora	Consolidado
2013	3.842	3.883
2014	3.842	3.883
2015	3.841	3.844
Após 2016	6.164	6.164
Total	17.689	17.774

Os empréstimos estão garantidos por aval dos acionistas controladores e também com carta de fiança bancária e não possuem cláusulas restritivas ("covenants") relacionadas a indicadores financeiros.

Linhas de crédito

Em 14 de novembro de 2011, a Companhia contratou linha de financiamento junto ao FINEP no montante de R\$ 27.366, ainda não utilizados.

Outras garantias e compromissos

A Companhia mantém um acordo de cooperação técnica e financeira com o Banco do Nordeste do Brasil S/A, com a finalidade de manter uma linha de financiamento destinado aos franqueados "Arezzo", em empreendimentos instalados na área de atuação deste banco. Utilizando-se recursos do Fundo Constitucional de Financiamento da Região Nordeste (FNE) em financiamentos para modernização de suas lojas (de terceiros), observados padrões próprios definidos pela própria Companhia, bem como para custos associados a essas operações, a título de capital de giro, se necessário.

A Companhia é garantidora dessas operações, por meio de carta fiança bancária emitida pelo Banco Santander. Em 31 de dezembro de 2011, o valor garantido pela Companhia com relação a este acordo é de R\$ 312 (R\$ 524 em 31 de dezembro de 2010).

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

17. Fornecedores

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Fornecedores nacionais	16.427	11.271	36.988	28.652	
Partes relacionadas (Nota 12.a)	10.586	7.223	-	-	
Fornecedores estrangeiros	298	92	298	92	
	27.311	18.586	37.286	28.744	

18. Obrigações trabalhistas

Os saldos de salários e encargos a pagar são assim compostos:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Salários a pagar Provisão para férias e encargos	4.312 3.177	6.736 2.172	6.475 5.676	7.998 5.755	
J	7.489	8.908	12.151	13.753	

19. Programa de parcelamento fiscal

A sociedade controlada ZZSAP aderiu ao Parcelamento Especial (PAES), disciplinado pela Lei nº 10.684 de 30 de maio de 2003, inscrevendo parte substancial dos débitos tributários vencidos até 15 de julho de 2003. Conforme previsto na legislação mencionada, as empresas que integram este programa são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas mensais, podendo ser excluídas do programa caso atrasem estes pagamentos por três meses consecutivos ou seis meses alternados, o que primeiro ocorrer.

As parcelas pactuadas estão sendo liquidadas sem atraso. Com isso, a ZZSAP aufere um gasto mensal de, aproximadamente, R\$16, estando os pagamentos de acordo com as condições previstas no Programa de Parcelamento Fiscal.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em ações judiciais e administrativas sobre questões tributárias, previdenciárias, trabalhistas e cíveis. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso vinculadas aos depósitos judiciais, como segue:

	Controladora						
	Saldo	Adições/	Reversões/	Saldo	Adições/	Reversões/	Saldo
	31/12/2009	Atualizações	Pagamentos	31/12/2010	Atualizações	Pagamentos	31/12/2011
Tributária	4.581	641	(5.222)	-	-	-	-
Cível	-	927	` <u>-</u>	927	42	(327)	642
Trabalhista	1.419	2.251	(1.303)	2.367	2.026	(2.323)	2.070
Provisão para							
contingências	6.000	3.819	(6.525)	3.294	2.068	(2.650)	2.712
Depósito Judicial	(5.857)	(1.287)	4.878	(2.266)	(1.841)	205	(3.902)
Total	143	2.532	(1.647)	1.028	227	(2.445)	(1.190)

		Consolidado						
	Saldo	Adições/	Reversões/	Saldo	Adições/	Reversões/	Saldo	
	31/12/2009	Atualizações	Pagamentos	31/12/2010	Atualizações	Pagamentos	31/12/2011	
Tributária	4.581	641	(5.222)	-	-	-	-	
Cível	-	927	· -	927	64	(327)	664	
Trabalhista	3.385	2.302	(2.004)	3.683	2.629	(2.718)	3.594	
Provisão para contingências	7.966	3.870	(7.226)	4.610	2.693	(3.045)	4.258	
Depósito Judicial	(6.653)	(1.587)	4.878	(3.362)	(2.808)	307	(5.863)	
Total	1.313	2.283	(2.348)	1.248	(115)	(2.738)	(1.605)	

<u>Tributárias</u> – a Companhia discutia a exigibilidade do ISSQN (Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza) sobre a receita de *royalties* nos municípios de Belo Horizonte - MG e Campo Bom - RS. Ambos os processos foram finalizados ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, sendo que a Companhia obteve êxito na ação tramitada em Campo Bom revertendo a provisão no valor de R\$ 1.978 e não obteve êxito em Belo Horizonte efetuando o pagamento da ação no valor de R\$ 3.244.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

20. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis--Continuação

<u>Trabalhistas</u> – a Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas relacionados, principalmente, ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração, baseada na opinião dos assessores legais e no histórico dos desfechos destas demandas, acredita que os valores provisionados são suficientes para cobrir prováveis perdas.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas estão envolvidas em outros processos judiciais de natureza cível e trabalhista no montante aproximado de R\$ 15.608 na controladora e no consolidado, cuja estimativa de perda foi considerada como possível na opinião de seus consultores jurídicos, portanto não sujeitos a provisionamento.

Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de cinco a trinta anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

21. Capital social e reservas

21.1 Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 07 de dezembro de 2010 foi aprovado o desdobramento das 19.562.073 ações ordinárias representativas do capital social da Companhia, na proporção de quatro novas ações ordinárias para cada uma ação ordinária existente, sendo mantido o valor do capital social no valor de R\$ 21.358, passando o mesmo a ser representado por 78.248.292 ações ordinárias.

Nesta Assembleia Geral Extraordinária também foi aprovada a criação do limite do capital autorizado, ficando a Companhia autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 500.000, independentemente de reforma estatutária, por deliberação do Conselho de Administração da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.1 Capital social -- Continuação

Em 02 de fevereiro de 2011 foram emitidas novas ações ordinárias no processo de oferta pública de distribuição de ações, como demonstrado abaixo:

	Acões	Capital social
	Em milhares	R\$
Saldo em 31 de dezembro de 2009	19.562	21.358
Desdobramento de ações em 2010	58.686	<u> </u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	78.248	21.358
Emissão de ações em 2011	10.294	19.559
Saldo em 31 de dezembro de 2011	88.542	40.917

21.2 Reserva de capital

A reserva de capital foi inicialmente constituída em decorrência dos processos de estruturação societária ocorridos em 2007, em contrapartida ao acervo líquido incorporado e representa o valor do benefício fiscal futuro a ser auferido por meio da amortização do ágio incorporado. A parcela de reserva especial de ágio correspondente ao benefício que poderá ser, ao final de cada exercício social, capitalizada em proveito dos acionistas, com a emissão de novas ações, de acordo com o disposto da Instrução CVM nº 319/99.

Os eventos societários que deram origem a reserva de capital em decorrência da reestruturação societária estão discriminados a seguir:

a) Em 08 de novembro de 2007, a Companhia emitiu 3.203.808 novas ações ordinárias nominativas em favor da BRICS, sem valor nominal, pelo preço de emissão total de R\$50.000. Deste montante, R\$ 25.000 foram integralizados no ato pela BRICS dos quais R\$2.500 foram destinados ao aumento de capital e R\$22.500 destinados à formação de reserva de capital;

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.2 Reserva de capital--Continuação

- b) Em 01 de junho de 2008, a BRICS foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$13.935.
 - No contexto da extinção da BRICS por conta de sua incorporação, a participação desta na Companhia foi transferida a FIGEAC.
- c) Em 18 de novembro de 2008, a FIGEAC integralizou R\$ 12.500, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$1.559.
- d) Em 06 de novembro de 2009, a FIGEAC integralizou os R\$ 12.500 restantes, dos quais R\$1.250 foram destinados ao aumento de capital e R\$11.250 destinados à formação de reserva de capital, acrescidos da atualização monetária incorrida no montante de R\$ 2.990.
- e) Em 01 de dezembro de 2009, a FIGEAC foi incorporada pela Companhia, sendo o acervo líquido composto pelo ágio pago na aquisição do investimento na Companhia, fundamentado em rentabilidade futura, líquido da provisão prevista pela Instrução CVM nº 319/99, no montante de R\$ 7.535.

Os créditos tributários gerados em decorrência da reserva especial de ágio constituída quanto da incorporação da BRICS e da FIGEAC estão apresentados na Nota 11.

Ainda, em 02 de fevereiro de 2011, no processo de oferta pública de ações a captação totalizou recursos líquidos de R\$ 182.009, dos quais R\$ 167.067 foram reconhecidos como reserva de capital, líquidos dos custos com a oferta no montante de R\$13.579 (R\$ 8.962, líquidos dos efeitos tributários). Deste total, R\$ 10.663 referem-se ao pagamento de honorários a bancos e corretoras, e o restante ao valor do pagamento de honorários a advogados, consultores, auditores e outros custos.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou o provisionamento complementar dos custos com a oferta pública de distribuição de ações no montante de R\$ 550 (R\$ 363 líquido dos efeitos tributários), sendo este valor líquido deduzido da reserva de capital.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

21. Capital social e reservas--Continuação

21.3 Reservas e retenção de lucros

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") até o limite de 20% do capital social. Dessa forma, a Companhia destinou reserva legal no exercício de 2011 no montante de R\$ 3.912.

Reserva para investimentos

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 21 de julho de 2010, a Companhia deliberou pela constituição de reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D") no valor de R\$ 1.703.

Em 29 de abril de 2011, a Assembleia Geral Ordinária aprovou a constituição de reserva para investimentos em pesquisa e desenvolvimento de novos produtos ("P&D") através do Orçamento de Capital no montante de R\$ 980.

Retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros foi constituída nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76, com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção referente ao exercício de 2010, no montante de R\$ 31.805, está fundamentada em orçamento de capital elaborado pela Administração e aprovado pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2011.

A Companhia submeterá a aprovação da Assembleia Geral Ordinária a destinação do montante excedente da reserva de lucros, conforme artigo 199 da Lei nº 6.404/76.

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, alterado em 07 de dezembro de 2010, os acionistas fazem jus a um dividendo mínimo obrigatório, equivalente a 25% do lucro líquido do exercício (50% até 06 de dezembro de 2010), ajustado pela constituição de reserva legal, conforme preconizado pela legislação societária. Os juros sobre capital próprio, quando calculados, são considerados como distribuição de lucros para fins de determinação do dividendo mínimo a ser distribuído.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-Continuação

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de abril de 2010 e 21 de julho de 2010, foram aprovadas distribuições de lucros complementares, tendo como base o saldo existente em reserva de retenção de lucros, no valor de R\$ 2.087 e R\$ 18.891, respectivamente, totalizando R\$20.978 integralmente pagos em 2010.

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos durante o exercício de 2010 no montante de R\$ 4.906 em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, incide o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%.

Adicionalmente, em 06 de janeiro de 2011, o Conselho de Administração aprovou, ad referendum da Assembleia Geral da Companhia, a distribuição de dividendos intercalares, com base no balanço patrimonial levantado em 30 de setembro de 2010, no montante total de R\$ 28.026, passando as ações de emissão da Companhia a ser negociadas "ex-dividendos" a partir de 06 de janeiro de 2011. O pagamento dos dividendos foi realizado em 20 de abril de 2011.

	31/12/2011	31/12/2010
Lucro líquido do exercício	91.613	64.534
Reserva legal - 5% (*)	(3.912)	-
Lucro líquido do exercício	87.701	64.534
Dividendos mínimos conforme estatuto	25%	25%
Valor dos dividendos mínimos obrigatórios	21.925	16.134
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos pela administração		
Juros sobre o capital próprio	17.868	4.906
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(2.060)	(736)
Dividendos	6.117	28.026
	21.925	32.196
Dividendos mínimos obrigatórios		
Juros sobre o capital próprio	15.808	4.170
Dividendos	6.117	11.964
Dividendos propostos em excesso ao mínimo		
obrigatório		16.062

^(*) A Companhia não destinou a reserva legal no exercício de 2010 e em 2011 destinou apenas R\$ 3.912 pelo fato da mencionada reserva ter atingido o limite de 20% do capital social.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

22. Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos e propostos-Continuação

A Companhia, para fins de atendimento às normas fiscais, contabilizou os juros sobre o capital próprio pagos ou creditados no exercício de 2011, no montante de R\$ 17.868 em contrapartida à rubrica de "despesas financeiras". Para fins de preparação destas demonstrações financeiras, esses juros foram revertidos do resultado contra a conta de lucros acumulados, conforme determinado pelas práticas contábeis. Sobre tais juros, foi retido o imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, exceto para os acionistas comprovadamente isentos ou imunes, ou acionistas domiciliados em países ou jurisdições para os quais a legislação estabeleça alíquota diversa. O pagamento de R\$ 8.442 foi efetuado no dia 29 de julho de 2011, conforme deliberado na RCA de 30 de junho de 2011, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 01 de julho de 2011, inclusive. Em 30 de dezembro de 2011 a Companhia contabilizou os juros sobre o capital próprio complementar no montante de R\$ 9.426 a ser pago em 31 de janeiro de 2012, sendo as ações da Companhia negociadas ex-direitos a JCP a partir de 02 de janeiro de 2012, inclusive. Os juros sobre o capital próprio creditados durante o período constituem-se em antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

23. Lucro por ação

Em atendimento ao CPC 41 (IAS 33) (aprovado pela Deliberação CVM nº 636 – Resultado por Ação), a Companhia apresenta a seguir as informações sobre o lucro por ação para os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

O calculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado por meio da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído em função da inexistência de ações potenciais dilutivas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

23. Lucro por ação--Continuação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	31/12/2011 Ordinárias	31/12/2010 Ordinárias
Lucro líquido do exercício (em milhares de reais)	91.613	64.534
Média ponderada de ações emitidas (em milhares)	87.640	78.248
Lucro por ação – básico e diluído - R\$	1,05	0,82

Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão destas demonstrações financeiras.

24. Receita líquida de vendas

A receita líquida de vendas apresenta a seguinte composição:

	Contro	oladora	Consolidado		
	31/12/2011 31/12/2010		31/12/2011	31/12/2010	
Receita bruta de vendas					
Mercado interno	724.830	597.487	815.197	662.481	
Mercado externo	49.198	49.656	47.422	50.386	
Devolução de vendas	(19.693)	(12.346)	(27.284)	(19.500)	
Impostos sobre a venda	(131.701)	(106.883)	(156.428)	(121.842)	
Receita operacional líquida	622.634	527.914	678.907	571.525	

25. Informações por segmento

A Companhia possui apenas um segmento operacional definido como calçados, bolsas e acessórios. A Companhia está organizada, e tem o seu desempenho avaliado, como uma única unidade de negócios para fins operacionais, comerciais, gerenciais e administrativos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

25. Informações por segmento--Continuação

Essa visão está sustentada nos seguintes fatores:

- não há divisões em sua estrutura para gerenciamento das diferentes linhas de produtos, marcas ou canais de venda;
- a sua unidade fabril opera para mais do que uma marca e canal de venda;
- as decisões estratégicas da Companhia estão embasadas em estudos que demonstram oportunidades de mercado e não apenas no desempenho por produto, marca ou canal.

Os produtos da Companhia são distribuídos por marcas (Arezzo, Schutz, Anacapri e Alexandre Birman) e canais (franquias, multimarca e lojas próprias) diferentes, no entanto, são controlados e gerenciados pela Administração como um único segmento de negócio, sendo os resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma centralizada.

Para fins gerenciais a Administração acompanha a receita bruta consolidada por marca e canal de venda, conforme demonstrado a seguir:

Marca	2011	2010
Receita bruta consolidada	862.619	712.867
Arezzo - mercado interno	566.888	479.178
Schutz - mercado interno	215.821	173.072
Outros	32.488	10.231
Mercado externo	47.422	50.386
Canal	2011	2010
Receita bruta consolidada	862.619	712.867
Franquias	419.970	358.685
Multimarca	233.991	188.372
Lojas próprias	152.241	109.986
Outros	8.995	5.438
Mercado externo	47.422	50.386

A receita no mercado externo não está sendo demonstrada separadamente por área geográfica, pois representa em 31 de dezembro de 2011, 5% da receita bruta.

Não há clientes que individualmente sejam responsáveis por mais de 5% das vendas no mercado interno e externo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

26. Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado consolidado por natureza:

	Controladora		Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas por função				
Custo dos produtos vendidos	(401.847)	(347.517)	(397.483)	(339.884)
Despesas comerciais	(72.508)	(59.225)	(121.224)	(96.597)
Despesas administrativas e gerais	(45.736)	(43.335)	(48.197)	(45.679)
Outras receitas operacionais, líquidas	936	3.341	1.668	3.455
	(519.155)	(446.736)	(565.236)	(478.705)
Despesas por natureza				
Depreciação e amortização	(2.014)	(1.296)	(4.058)	(2.670)
Despesas com pessoal	(48.660)	(43.003)	(91.990)	(76.419)
Matéria prima e materiais de uso e consumo	(404.991)	(350.347)	(400.627)	(322.713)
Fretes	(13.024)	(10.077)	(13.780)	(10.265)
Outras despesas operacionais	(50.466)	(42.013)	(54.781)	(66.638)
	(519.155)	(446.736)	(565.236)	(478.705)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

a) Exposição a riscos cambiais

O resultado das operações da Companhia e de suas controladas é afetado pelo fator de risco da taxa de câmbio do dólar norte-americano, devido ao fato que parte das receitas de vendas, estão vinculadas a esta moeda. Para minimizar o risco cambial, quase as totalidades de suas exportações possuem financiamentos atrelados à respectiva moeda.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o valor da exposição líquida vinculado ao dólar norte-americano, é representado por:

	Consc	olidado
	31/12/2011	31/12/2010
Contas a receber Empréstimos e financiamentos	16.365 (16.909)	16.118 (17.083)
Fornecedores	(298)	(92)
Exposição líquida	(842)	(1.057)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos ativos e passivos em moeda estrangeira que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações da taxa de câmbio.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações da taxa de câmbio nas datas de vencimento dos respectivos contratos sujeitos a estes riscos.

Além desse cenário a CVM por meio da Instrução nº 475 de 17 de dezembro de 2008 ("Instrução CVM 475") determinou que fossem apresentados mais dois cenários com uma deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado. Esses cenários estão sendo apresentados de acordo com o regulamento da CVM.

		Cenário Provável (Valor		
<u>Operação</u>	Moeda	Contábil)	Cenário A	Cenário B
Apreciação da taxa de câmbio		1,88	2,34	2,81
Contas a receber em moeda estrangeira Empréstimos e financiamentos em moeda	R\$	16.365	20.456	24.548
estrangeira	R\$	(16.909)	(21.046)	(25.274)
Fornecedores em moeda estrangeira	R\$	(298)	(373)	(447)
Apreciação da Taxa em Referência para Taxa de Câmbio			25%	50%
Euro		2,43	3,04	3,80
Dólar		1,88	2,34	2,81
Efeito no lucro antes da tributação	R\$		(121)	(331)

Em novembro de 2011, a Companhia firmou instrumento de hedge derivativo no valor de US\$ 1.500 com o objetivo de reduzir a sua exposição cambial nas operações comerciais de exportação, considerando os valores de pedidos em carteira. Na data de encerramento do ano, a Companhia possuía o seguinte contrato de derivativo vigente:

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

a) Exposição a riscos cambiais--Continuação

	31/12/2011 USD (mil)	31/12/2010 USD (mil)
Forward – Compromisso de Venda	1.500	_

Os ajustes decorrentes dos contratos de derivativos produziram os seguintes efeitos:

Instrumentos financeiros derivativos	31/12/2011	31/12/2010
Valor a pagar decorrente de perda (valor justo)	(8)	-
Demonstração do Resultado	31/12/2011	31/12/2010
Perda líquida, reconhecida em despesas financeiras	8	-

O valor justo dos derivativos foi calculado com base em cotações oficiais de dólar futuro, tomou-se como referência a cotação do primeiro dólar futuro antes e depois do vencimento do derivativo na data do fechamento do exercício. A partir destes dados, calculou-se a média ponderada das taxas futuras para estimar-se o valor justo da operação no encerramento de cada exercício.

Análise de Sensibilidade:

		Cenário Provável (I)	Cenário Possível (II)	Cenário Remoto (III)
Operação	Valor nocional	R\$	R\$	R\$
Exposição operacional - NDF	USD 1,5 milhões	(8)	(9)	(11)
Exposição Líquida		(8)	(9)	(11)

A Administração estima que o cenário mais provável é de estabilidade na taxa de câmbio, para o período de vencimento, em cujo caso o resultado financeiro dos derivativos será zero. O cenário II é uma taxa de dólar a R\$ 2,34/US\$ e o cenário III é o dólar a R\$2,81/US\$.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função de empréstimos contratados vinculados à TJLP. As taxas estão divulgadas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2011, o saldo de empréstimos e financiamentos apresenta a seguinte composição em relação à taxa de juros:

	Consoli	Consolidado		
	31/12/2011	%		
Juros fixos	17.144	44,4		
Juros com base na TJLP	21.507	55,6		
	38.651	100,00		

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2011, foram definidos três cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos.

No quadro a seguir são considerados três cenários, sendo o cenário provável o adotado pela Companhia. Com base nos valores da TJLP vigente em 30 de setembro de 2011, foi definido o cenário provável para o ano de 2011 e a partir deste calculadas variações de 25% e 50% conforme requerido pela Instrução CVM nº 475.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2011 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Moeda	Cenário Provável (Valor Contábil)	Cenário A	Cenário B
Aumento de despesa financeira	Moeda	(Valor Contabil)	Cenario A	Cenano B
Financiamentos – TJLP	R\$	1.129 1.129	1.411 1.411	1.694 1.694
Apreciação da taxa em Referência para passivos financeiros			25,00%	50,00%
TJLP		6,00%	7,50%	9,00%

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

c) Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros cujos valores de mercado dessas operações ativas e passivas não diferem substancialmente daqueles reconhecidos nas demonstrações financeiras.

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia a concentração de risco de crédito consistem, principalmente, em saldos de bancos, aplicações financeiras, contas a receber e contratos de empréstimos e financiamentos.

A Companhia e suas controladas têm como política, a aplicação de recursos em bancos de primeira linha, e em aplicações de curto prazo, com baixo nível de exposição a riscos e alto nível de liquidez.

A Companhia utiliza ACCs e NDFs como os principais instrumentos financeiros para proteção contra riscos relacionados a volatilidade das taxas de câmbio em decorrência das venda de mercadorias para o mercado externo.

Parte destes instrumentos financeiros são contratados estabelecendo o montante dos recursos em dólares a ser liberado em data futura a uma taxa pré-fixada. No período compreendido entre a contratação do instrumento e a efetiva disponibilização dos recursos, a Companhia reconhece o valor de mercado destes instrumentos. Tais operações, embora sejam instrumentos contratados com finalidade de proteção, não estão registradas na forma de hedge accounting e, portanto, os seus efeitos estão registrados no resultado do exercício, nas rubricas de receitas ou despesas financeiras.

O critério de determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é baseado na utilização das curvas de mercado de cada derivativo, trazidas a valor presente, na data de apuração. Os métodos e premissas levam em conta a interpolação de curvas, como no caso do dólar e Euro, e de acordo com cada mercado onde a Companhia está exposta.

Em função da variação das taxas de mercado, esses valores poderão sofrer alterações até o vencimento ou liquidação antecipada das transações.

A Companhia não possui instrumentos financeiros não registrados contabilmente em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

d) Risco de crédito

Decorre de eventual dificuldade de cobrança dos valores das vendas mercantis e dos serviços prestados a seus clientes.

A Companhia e suas controladas também estão sujeitas a risco de crédito proveniente de suas aplicações financeiras.

O saldo a receber de clientes é substancialmente denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Para reduzir o risco de crédito, a Companhia tem feito avaliação individual para adesão de novos clientes, mas, como uma prática de mercado, só requer recebimento antecipado para clientes considerados de alto risco. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2011 e 2010. A Administração monitora o risco do saldo a receber de clientes mediante o registro de provisão para créditos de liquidação duvidosa.

Com relação ao risco de crédito associado às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar essa exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

e) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da

Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até um ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	21.870	18.768	1.699	42.337

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

f) Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar que se mantenha um rating de crédito forte perante as instituições e uma relação de capital ótima, a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas.

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos. Desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, não houve mudança nos objetivos, políticas ou processos de estrutura de capital.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida liquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

28. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Receitas financeiras:				
Juros recebidos	1.240	975	1.290	1.019
Rendimento de aplicações financeiras	17.822	2.329	17.861	2.415
Outras receitas	1.589	1.223	1.552	921
	20.651	4.527	20.703	4.355
Despesas financeiras:				
Despesas bancárias	(1.503)	(1.294)	(1.605)	(1.366)
Juros sobre financiamentos	(1.537)	(2.078)	(1.549)	(2.119)
Taxa de administração de cartão de crédito	(163)	(181)	(2.649)	(2.264)
Outras despesas	(2.964)	(2.425)	(3.352)	(2.303)
	(6.167)	(5.978)	(9.155)	(8.052)
Variação cambial, líquida:				
Ativa	1.989	5.617	1.944	5.947
Passiva	(1.443)	(5.560)	(1.711)	(5.781)
	546	57	233	166
Total	15.030	(1.394)	11.781	(3.531)

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Outras receitas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Taxa de franquia	725	550	725	550
Reembolso de despesas com devoluções	-	151	-	151
Recuperação de despesas	280	193	295	322
Reversão da provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	_	1.935	_	1.935
Receitas diversas	-	524	16	477
Resultado na alienação de imobilizado	(69)	(12)	632	20
	936	3.341	1.668	3.455

30. Compromissos com arrendamento operacional - locação de lojas

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía contratos de locação firmados com terceiros para os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional.

Os pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis estão segregados da seguinte forma:

	Valor dos
	pagamentos
	mínimos em
	31/12/2011
Até um ano	13.681
Acima de um ano e até cinco anos	49.202

A despesa média mensal de aluguéis pagos é de R\$ 960 (R\$ 659 em 2010). Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade entre quatro a seis anos, sujeitos a encargos financeiros referentes a variação do IGPM ao ano, conforme especificado em cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2011, as despesas de aluguéis, líquidas dos impostos a recuperar, totalizaram R\$ 11.523 (R\$ 7.915 em 31 de dezembro de 2010). O saldo da conta "Aluguéis a pagar" é de R\$ 1.104 (R\$ 722 em 31 de dezembro de 2010).

Parcela substancial dos aluguéis é vinculada ao faturamento das lojas, existindo um valor mínimo previsto. Adicionalmente o período de carência contratual não é representativo para fins de atendimento à previsão de linearização das despesas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguro contratado junto a algumas das principais seguradoras do país, e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. Em 31 de dezembro 2011, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens do ativo imobilizado e para estoques, por valores considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais perdas, assim demonstradas:

Bens segurados	Riscos cobertos	Montante da cobertura R\$
Estoques e imobilizado	Incêndio	61.000
•	Responsabilidade civil	400

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui a conclusão sobre a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada pela Administração da Companhia e que considera suficiente para cobrir eventuais sinistros.

32. Eventos subsequentes

Reestruturação societária:

Em 02 de janeiro de 2012, a controlada ZZAB Comércio de Calçados Ltda. incorporou as empresas ZZARIO Comércio de Calçados Ltda. e ZZCAPRI Comércio de Calçados Ltda., também controladas da Companhia, conforme Instrumento de Protocolo e Justificação de Incorporação aprovado em 31 de dezembro de 2011.

Em 31 de janeiro de 2012, a Companhia aprovou a incorporação das suas controladas Allmaness Calçados Ltda., Shoes For U Comércio de Calçados e Acessórios Ltda., Schutz Shoes Design Comércio de Calçados Ltda. e ZZAF Indústria e Comércio de Calçados Ltda..

Estas incorporações tiveram com propósito a racionalização das atividades administrativas. Foram realizadas a valores de livros, não afetam as atividades operacionais da Companhia e não causaram efeito às demonstrações financeiras da Companhia.

Em 05 de janeiro de 2012, a ALBIR Participações S.A. foi extinta e as suas ações na Companhia foram transferidas para os seus acionistas. Esta operação não afetou a participação societária dos atuais controladores.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

32. Eventos subsequentes--Continuação

Contratos de serviços:

Em 21 de janeiro de 2012, a Companhia rescindiu o contrato com a Star Export Assessoria e Exportação Ltda., que prestava serviços de assistência e assessoramento técnico para o agenciamento e fiscalização das fábricas e atelieres independentes contratados para confecção de determinados produtos. No âmbito de referida rescisão, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 8.000. Nesta mesma data, a Companhia celebrou contrato com outra empresa, de igual capacitação técnica, com a mesma natureza de serviço e com condições comerciais diferenciadas, buscando reduzir seus custos operacionais relacionados a tal prestação de serviço, com a manutenção da mesma qualidade de serviços atualmente prestados.